

## **Ata da 1ª Audiência Pública Revisão Plano Diretor Municipal**

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, de forma híbrida – presencialmente e através da rede social Facebook na página da Prefeitura de Campo Magro, ocorreu a primeira Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Campo Magro, promovida por esta Prefeitura e pela empresa contratada para esta revisão: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste – FAU. Iniciando a Audiência Pública, o Sr. Marcio Fernandes, representante da FAU solicita a composição da mesa de autoridades: Prefeito de Campo Magro, Cláudio César Casagrande, Vice-Prefeito Osmar José Leonardi, Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Magro, Josnei Rosa, Deputado Estadual Hussein Bakri, representante do Deputado Enio Verri, Sr. José Vasconcelos, Vereador do Município de Curitiba, Sidnei Toaldo, representando o presidente do Pró- Metrôpole Eduardo Pimentel, Srs. Neco Prado e Cezar Augusto, este último Diretor Executivo da ASSOMECA – Associação dos Municípios da Região Metropolitana, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Prefeitura de Campo Magro, Sr. Fernando Araujo de Camargo e representante do Município de Almirante Tamandaré, Sr. Aristides Regis Machado. Em ato contínuo, saúda a todos e informa que nesta Audiência Pública participará também, representando a FAU, a Engenheira Civil Jozélia Ribas e o topógrafo José Leão. Salaria que a Ata desta Audiência Pública será lavrada pela Sra. Elaine Manfron Vieira, servidora da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e após a referida Ata estará disponível no portal criado para consulta de documentos desta Revisão do Plano Diretor Municipal. Inicia a leitura de um texto informando que conforme o Estatuto das Cidades afirma que o Plano Diretor Municipal deve constituir um instrumento legal da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade através da adoção de políticas e instrumentos, abrangendo a totalidade do município, reconhecendo todas as formas de ocupação e expansões urbanas, ainda que não estejam localizadas na zona urbana legal e deverá ser revisto em no máximo dez anos, e por este motivo, inicia-se hoje a revisão do Plano Diretor Municipal de Campo Magro. Com o Plano Diretor vigente o município tem acesso aos investimentos para execução de obras, com a elaboração do



Plano de Ações e Investimentos – PAI, baseando o planejamento local durante a execução do referido Plano Diretor, com o objetivo amplo em interferir no processo de desenvolvimento local, a partir de uma compreensão dos fenômenos políticos. O Plano Diretor não se volta apenas para o processo de urbanização, mas também o progresso econômico e a melhoria na qualidade de vida da população. Após passa a palavra ao vice-prefeito Osmar Leonardi, que saúda a todos, agradece a presença e quem acompanha pela rede social e cumprimenta a mesa de autoridades. Frisa a importância da revisão do Plano Diretor para o desenvolvimento e o crescimento da cidade. Após o presidente da Câmara de Vereadores, Josnei Rosa, toma a palavra, cumprimenta a todos e agradece a participação. Salaria que a participação de todos na revisão do Plano Diretor é de suma importância para propiciar a verificação dos anseios da população, promovendo a melhoria da qualidade de vida e gerando o desenvolvimento urbano sustentável da nossa cidade. Diz-se orgulhoso de sua participação neste processo. Em seguida passa a palavra para o Prefeito, Claudio Casagrande, que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes e agradece a participação. Menciona que o tema desta Audiência Pública é um dos mais importantes da história do município de Campo Magro, a atualização do Plano Diretor vai trazer o desenvolvimento e dar continuidade da nova construção da cidade de Campo Magro. Salaria o apoio do Deputado Hussein Bakri nas ações, projetos e investimentos citando ainda o esforço conjunto para a transformação do Município em Comarca. Chama o Padre Genivaldo para compor a mesa de autoridades, frisa que o Padre Genivaldo cedeu o espaço da Capela Santa Luzia para realização desta Audiência Pública. Enaltece também a parceria com o Deputado Enio Verri nos investimentos frequentes em Campo Magro. Continua sua fala lembrando que devido a legislação restritiva de uso e ocupação do solo, vigente desde dois mil e um, houve um crescimento desordenado da cidade. Esta gestão quer o crescimento ordenado e sustentável visando a melhoria na qualidade de vida da população. Informa que o município está inserido em duas Áreas de Proteção Ambiental – APA's e se tem o intuito de criação da APA do Assungui e, portanto, todo o território do município será atingido, com o objetivo maior de preservação ambiental. Cita exemplo de ocupação de solo na região de Santa Felicidade e salienta a necessidade de atualização da legislação vigente.



Segue informando que haverá outras Audiências Públicas, com o apoio da empresa contratada, a qual possui o corpo técnico necessário para elaboração da revisão do Plano Diretor. Com a atualização da legislação será possível colocar em prática o slogan da Prefeitura de Campo Magro: “Orgulho de Trabalhar e Viver Aqui”. Agradece especialmente os participantes da Audiência Pública que farão parte da história do Município. O Sr. Marcio Fernandes complementa informando que além dos profissionais citados no início da Audiência, a FAU possui em seu corpo técnico, advogado, engenheiro ambiental, gestor de convênios, administrador, matemático e estatístico, ou seja, uma equipe completa para elaboração dos trabalhos. Passa a palavra ao Deputado Hussein Bakri que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes e elogia a participação dos vereadores. Informa que fez questão de participar da Audiência Pública, pois acredita que o governante que ouve a população não vai errar. Cita que há outros municípios que não estão preocupados com a legislação pertinente ao Plano Diretor. Salaria que para se caminhar na direção certa deve-se ter planejamento. Parabeniza o prefeito, vice prefeito e equipe pela iniciativa e pela oportunidade da comunidade participar e tomar conhecimento da várias nuances e diversas decisões que fazem parte do Plano Diretor. Salaria ainda que em breve será destinado quatro milhões de reais para novas pavimentações em vias públicas a fundo perdido, para somar a tudo que já vem sendo feito no Município. Parabeniza a gestão pela maneira que conduz as contas públicas, o que possibilita novos investimentos na cidade. Coloca-se a disposição deste Município juntamente com seus assessores. O Sr. Marcio Fernandes aproveita para confirmar a presença dos Vereadores Valdir Costa, Marcio Bosa e Cristina Balestra. Solicita ainda o registro de presença aos que assistem a Audiência no *chat* da página do Facebook da Prefeitura. Passa a palavra para o representante do Deputado Enio Verri, Sr. José Vasconcelos, o qual saúda a todos e cumprimenta as autoridades presentes. Em nome do Deputado Enio Verri deixa uma mensagem de otimismo e cooperação e salienta que Campo Magro poderá contar com o mandato do referido Deputado. O Sr. Marcio Fernandes passa a palavra ao Diretor Executivo da ASSOMECA – Associação dos Municípios da Região Metropolitana, Cezar Augusto, que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes e agradece o convite do Prefeito, o qual



é vice-presidente da ASSOMEC e agradece também ao Sr. Fernando Araujo de Camargo, amigo de longa data e elogia seu trabalho. Traz um abraço do vice-prefeito de Curitiba Eduardo Pimentel, que hoje é presidente do Pró Metrópole. Continua sua fala, citando sobre a dificuldade dos municípios em virtude da pandemia. Elogia a conduta do Prefeito Cláudio Casagrande junto ao Governo do Estado e também como representante dos municípios da região metropolitana e exemplo para os demais prefeitos. Agradece a todos e coloca a ASSOMEC a disposição e salienta que em parceria com o Pró Metrópole e o Sr. Eduardo Pimentel vão buscar melhorias para os municípios da região Metropolitana. Parabeniza a todos pela iniciativa de revisão do Plano Diretor com o objetivo de buscar um município cada vez melhor. O Sr. Marcio Fernandes passa a palavra para o representante do Município de Almirante Tamandaré, Aristides Machado que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes, agradece a oportunidade e deseja sucesso. O Sr. Marcio Fernandes passa a palavra ao vereador de Curitiba Sidnei Toaldo que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes e parabeniza pelo trabalho. Frisa que o desenvolvimento da cidade começa por um bom prefeito e por uma boa equipe, como Campo Magro tem, bem como com as parcerias, com certeza a cidade só tem a ganhar. Salienta que o Plano Diretor vem para apoiar uma cidade forte e estruturada. Agradece o convite e se coloca a disposição. O Sr. Marcio Fernandes passa a palavra para o Padre Genivaldo que saúda a todos, cumprimenta as autoridades presentes e frisa que desde aos presentes na mesa até o mais simples munícipe devem cuidar do município e de sua casa sempre em vista do bem comum, realizando a vontade de Deus e tornando um mundo melhor. O Sr. Marcio Fernandes passa a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Fernando Araujo de Camargo que saúda a todos, cumprimenta e agradece as autoridades presentes. Frisa a importância da participação da Câmara de Vereadores neste processo. Agradece a parceria com o Deputado Hussein Bakri. Agradece a população presente e aos que acompanham pelo Facebook da Prefeitura. Destaca ainda que o Plano Diretor se baseia na Constituição Federal, Capítulo II, artigos 182 e 183, que estabelece o direito a cidade e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Frisa ainda que na Lei 10257/2001, através do Estatuto das Cidades, regulamenta os referidos



Artigos da Constituição Federal, estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana do Brasil e oferece instrumentos para que o município possa intervir no processo de planejamento urbano e territorial. A revisão do Plano Diretor possibilitará que o município implante um sistema de planejamento municipal, com o objetivo de atualizar, mapear e compatibilizar os cadastros técnicos imobiliários, iniciado pelo município com a contratação do serviço de georreferenciamento pela empresa CMTGEO – Soluções Tecnológicas LTDA, os quais trabalharão em conjunto com a FAU, contratada para a revisão do Plano Diretor. O Município deverá ainda seguir a alguns preceitos: gestão democrática, regularização fundiária, desenvolvimento urbano e industrial sustentável e combater a especulação imobiliária. A revisão do Plano Diretor promoverá o desenvolvimento sustentável visando uma melhoria da qualidade de vida da população. Finaliza desejando um bom trabalho a todos. Por fim o Prefeito toma a palavra para informar a existência de parceria com o Município de Curitiba, ASSOMEC e Pró Metrópole com a finalidade de interligar os municípios de Curitiba e Campo Magro. Cita que muitos moradores de Campo Magro trabalham em Curitiba e a metrópole deve pensar no seu desenvolvimento juntamente com a região metropolitana. Frisa a importante apoio do Governo do Estado representado pelo Deputado Hussein Bakri, onde já foram destinados ao Município de Campo Magro, cento e quatorze milhões de investimentos desde dois mil e dezessete. Salienta ainda a solicitação junto ao referido Deputado de uma emenda parlamentar para Curitiba, que em parceria com a emenda do Vereador Sidnei Toaldo e o desenvolvimento do projeto pela Prefeitura de Campo Magro será possível a pavimentação da Rua Jurant Cvintal, via pública do Município de Curitiba, que dá acesso ao Jardim Boa Vista em Campo Magro, região onde está localizada mais de quarenta por cento da população campomagrense. Há em tramite ainda a revitalização das Ruas João Budel e Orlando Peruci, vias de ligação entre os municípios de Curitiba e Campo Magro, pela região do Passaúna, sempre em parceria, pensando em alternativas de tráfego. Salienta também os investimentos de quase três milhões de reais do Deputado Estadual Enio Verri e de quase dezesseis milhões do Deputado Federal Luizão. Informa ainda que novos investimentos virão, sendo: três milhões de reais de emenda parlamentar do Deputado Hussein Bakri e um milhão de reais do Governo do Estado ambos a



fundo perdido e mais três milhões e oitocentos mil reais de financiamento junto ao Governo do Estado através do Paranacidade objetivando a pavimentação de vias públicas municipais que é uma das maiores demandas da população. Agradece mais uma vez a todos. O Sr. Marcio Fernandes passa para a segunda parte da Audiência Pública informando que esta é a primeira Audiência Pública de cinco que serão realizadas até janeiro de dois mil e vinte e dois. Serão realizadas ainda reuniões com a equipe técnica e outras lideranças da região, atividades de campo e por último a apreciação da Câmara de Vereadores e sanção municipal. Concede a palavra para a Engenheira Civil, Jozelia Ribas, que saúda a todos e inicia sua apresentação, informando que para atendimento à legislação vigente se faz necessária a realização de audiências públicas. Itens que serão tratados na apresentação: o que é o Plano Diretor, apresentação das equipes e suas funções, formação das equipes de coordenação e comissão, histórico e importância do PDM e abertura para debates e questionamentos dos presentes. No primeiro item, o que é o Plano Diretor – explica é um conjunto de Leis, como por exemplo, Código de Obras que regulamenta os parâmetros para construção, Código de Posturas que descreve as diretrizes de comportamento das pessoas e o que deve ser respeitado no espaço urbano, por exemplo, barulho, Lei do Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo que vai nortear o uso – comercial, industrial, residencial, misto e a ocupação quanto poderá ser construído, tamanho de lotes entre outros parâmetros. Lei do Perímetro Urbano, que delimitará a área urbana do Município e a Lei do Sistema Viário que conterá a classificação das vias do Município. Frisa ainda que o Estatuto das Cidades prevê que as decisões na elaboração da revisão do Plano Diretor devem acontecer com a participação da sociedade, por isso a necessidade de realização de Audiências Públicas. Segundo item – as equipes municipais. Informa que a coordenação geral será composta pela equipe da FAU e da Prefeitura de Campo Magro (equipe técnica municipal e equipe de apoio municipal) e deverá gerir, acompanhar, participar, mobilizar politicamente, avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. A equipe técnica municipal e a equipe técnica de apoio serão formada por técnicos de diversas secretarias e terão como função: fiscalizar o processo, disponibilizar informações e documentos, contribuir para



a visão intersetorial, participar das reuniões, mobilizar atores internos e externos, avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças e zelar pelo cumprimento do Termo de Referência. Continua informando a necessidade de atualização do CONCIDADES – Conselho Municipal das Cidades, o qual, juntamente com o Grupo de Acompanhamento dará publicidade aos atos, acompanhará o desenvolvimento da revisão do Plano Diretor, mobilizará os membros da sociedade civil, também irá avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças. Serão disponibilizados os documentos pertinentes no site criado especialmente para a revisão do Plano Diretor. Passa para o terceiro item – histórico e importância do Plano Diretor. O Plano Diretor de Campo Magro foi aprovado no ano de dois mil e doze e é obrigatório para municípios acima de vinte mil habitantes, conforme Estatuto das Cidades e devem ser atualizados a cada dez anos. Neste período houve mudanças significativas na cidade que agora, também por este motivo, faz-se necessária a atualização do referido Plano. Continua informando que o Plano Diretor é um instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos do planejamento municipais, tais como Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei de Responsabilidade Fiscal entre outras bem como será previsto o Plano de Ações e Investimentos o qual norteará os próximos investimentos do município. Segue explanando sobre a legislação pertinente. A Federação Brasileira concedeu autonomia municipal para legislar, respeitando as legislações estaduais e federais, bem como a Constituição Federal, a Constituição Estadual do Paraná e o Estatuto das Cidades prevêem a obrigatoriedade de elaboração Plano Diretor para cidades acima de vinte mil habitantes. O Decreto Estadual 2581/2004 estipula que o Governo do Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras, infraestrutura e serviços com municípios que estiverem com o Plano Diretor vigente e atualizado. Em ato contínuo explica como será desenvolvido o Plano Diretor, deixando claro que a participação popular é de suma importância. Trata-se de um planejamento de um conjunto de leis, que orientará o desenvolvimento sustentável e organizado do Município. Planejar para não ter que improvisar, agindo de maneira preventiva no sentido de evitar problemas futuros. Em resumo, é no Plano Diretor que a comunidade, juntamente com a equipe técnica da FAU e da Prefeitura de Campo Magro irá definir o que queremos



para Campo Magro. Além da comunidade e do Poder Executivo devem participar, o Poder Legislativo, Conselhos, Associações, Movimentos Populares, Entidades Empresariais, Sindicatos, Cooperativas, Organizações não-governamentais e Ministério Público. Sobre alguns dos assuntos que serão tratados: saúde, educação, população de baixa renda, esgotamento sanitário, água tratada, destinação da coleta de resíduos sólidos entre outros. A primeira fase da revisão será a análise temática, onde serão juntados dados e informações do Município, apontando as deficiências e pontos que necessitam de atualização que serão compilados e discutidos entre as equipes técnicas e em Audiências Públicas. As etapas de revisão do Plano Diretor são: primeira fase - mobilização e estruturação da revisão, apresentação do Plano de Trabalho e cronograma; segunda fase – avaliação temática; terceira fase – diretrizes e propostas; quarta fase – Plano de Ações e Investimentos, Legislação Urbanística e Estrutura de Gestão. Cronograma onze meses. Previsão de entrega, seis meses. Agradece a atenção e finaliza a apresentação. O Sr. Marcio Fernandes dá prosseguimento a audiência abrindo a palavra para os participantes que quiserem fazer algum questionamento e informa que neste momento há sessenta pessoas *on line*, através do Facebook da Prefeitura de Campo Magro. Primeira pergunta da Sra. Cristina Balestra, vereadora do Município: Em sua opinião, o Plano Diretor é o alicerce para o Município. Quanto a revisão em dez anos salienta que neste período ocorre o crescimento desordenado. Cita obras e loteamentos irregulares e vê que o Município não tem instrumentos para coibir tais situações. Sabe da necessidade da população quanto a novas moradias, exemplifica a situação pelas casas do PAC. Face o exposto, pergunta o que o Plano Diretor irá fazer em relação aos imóveis construídos de forma irregular, para os loteamentos irregulares que possuem residências de grande porte, os quais não trazem retorno ao Município, pois não recolhem IPTU, mas acarreta o ônus à municipalidade visto a disponibilização dos serviços públicos e quanto ao rápido crescimento desordenado. Em resposta, o Secretário Fernando Camargo agradece a pergunta e informa que se trata de um questionamento importante face a situação enfrentada no município. Lembra que em sua primeira fala, informou a contratação de uma empresa para desenvolver o georreferenciamento do Município e, inclusive, servirá de base para a revisão



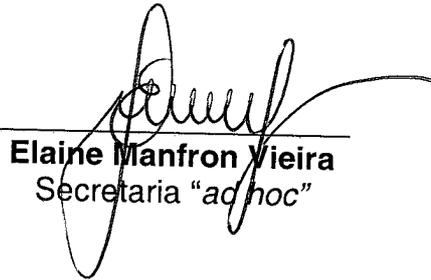
do Plano Diretor, bem como efetuará o levantamento de áreas no perímetro urbano que não possuem cadastro imobiliário e assim possibilitará a atualização cadastral, contendo também a área edificada de cada lote. Estima que aproximadamente cinco mil imóveis não estão cadastrados e portanto, não pagam IPTU, causando uma grande disparidade entre as despesas do Município no fornecimento dos serviços públicos e a arrecadação dos impostos, especialmente o IPTU. Após, passa a palavra para o Sr. Marcio Alves Moure, Diretor do Departamento de Planejamento Urbano e Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Complementando a fala do Sr. Secretário, informa que o Município possui um zoneamento bastante restritivo, e por este motivo, salienta que a municipalidade vem trabalhando para a produção de habitações que atendam a situação social e econômica dos munícipes. Quanto o questionamento sobre as construções irregulares, informa que devido ao zoneamento vigente, não há possibilidade de implantação de loteamentos de alto adensamento. Em virtude disto e a pedido do Sr. Prefeito, está em elaboração sugestões de alteração dos Decreto Estaduais da APA do Passaúna e da APA do Rio Verde, que serão encaminhadas ao Governo do Estado para análise. Em sua opinião acredita que a partir do momento que é possível a criação de lotes regularização não há motivo para criar lotes irregulares. O trabalho para coibir os fracionamentos irregulares está sendo realizado, a exemplo da Lei Municipal 1166/2021 a qual prevê multa para quem vende e para quem compra lotes em fracionamentos irregulares. Cita ainda a Lei Municipal 1161/2021 que possibilita a regularização de edificações através da outorga onerosa. Lembra ainda do processo de regularização fundiária iniciado em dois mil e dezenove que possibilitará a regularização documental nas áreas passíveis. Ou seja, o município está buscando alternativas, mesmo antes do início da revisão do Plano Diretor. Neste momento, deve-se juntamente com a atualização e revisão da legislação vigente selecionar áreas passíveis de implantação de loteamentos de alta densidade para atender aos anseios da população, o crescimento ordenado da cidade e a preservação ambiental. O Sr. Marcio Fernandes informa que neste momento há setenta pessoas *on line*, acompanhando a Audiência Pública através do Facebook da Prefeitura e passa a palavra ao Prefeito. Inicia sua fala informando que em nenhum momento a administração utiliza o Plano Diretor como uma penalidade



à população e sim trata-se de um instrumento para ordenação da cidade. Salaria os procedimentos adotados pela Prefeitura desde dois mil e dezessete: REURB – regularização fundiária, com a participação de mais de duas mil pessoas, onde destas, mil e cem pessoas apresentaram a documentação completa junto a Prefeitura. Frisa a importância da participação da população na continuidade deste processo. Salaria que serão regularizadas apenas as áreas passíveis. Exemplifica que ocupações em áreas de preservação permanente não são passíveis de regularização. Lembra da parceria com o Tribunal de Justiça para regularização fundiária, no Programa Moradia Legal. Ratifica a informação da criação da Lei 1166/2021 a qual prevê a multa para quem compra e quem vende lotes em fracionamento irregular. Salaria a importância em consultar a Prefeitura antes de adquirir o imóvel. Reforça a informação da contratação de uma empresa para elaboração do georreferenciamento, com previsão de entrega dos trabalhos até dezembro de dois mil e vinte e um, o qual facilitará o trabalho da fiscalização municipal bem como a necessidade urgente de atualização cadastral. Frisa ainda que com a regularização fundiária haverá a possibilidade de liberação de ligações de água e energia elétrica de maneira que atenda a legislação vigente. Informa também que enviará a Câmara de Vereadores um projeto de Lei para que seja possível a apreensão de maquinários que estejam fazendo, por exemplo, terraplanagem irregular, possibilitando ainda que estes maquinários apreendidos sejam utilizados pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, caso não haja a regularização dos mesmos no prazo de sessenta dias. Cita uma situação de desmatamento irregular no final da Avenida Zeferino Casagrande, com venda de lotes irregulares e crime ambiental. Exemplifica ainda a forma de adensamento na região de Santa Felicidade. Portanto, a revisão do Plano Diretor, vem para auxiliar o desenvolvimento ordenado da cidade, a regularização das áreas passíveis, atendendo a legislação vigente. Salaria que há a necessidade de punição dos fracionadores irregulares, pois criam fracionamentos que não possuem rede de água, energia elétrica, as ruas não possuem a largura suficiente para desenvolver o projeto de pavimentação, não há saneamento ou iluminação pública, ou seja, trata-se de especulação imobiliária. Por fim, ratifica a importância da revisão do Plano Diretor que possibilitará o desenvolvimento da cidade. Em seguida a Engenheira Jozelia



Ribas toma a palavra e concorda com a fala do Sr. Prefeito, informando que a obrigatoriedade de implantar a rede de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação é de responsabilidade do loteador, não da Prefeitura, pois o loteador que irá lucrar com a venda dos lotes, e portanto, ele terá que implantar a infraestrutura. Neste momento iniciou uma chuva torrencial. Próxima pergunta: Mario, morador de Campo Magro. Saúda a iniciativa da revisão do Plano Diretor. Questiona como será tratada a questão do turismo rural nesta revisão do Plano Diretor. A chuva aumentou e não é possível ouvir dentro do barracão. O Sr. Marcio Fernandes informa que as perguntas sobre o Plano Diretor poderão ser efetuadas no site <https://www.campomagro.pr.gov.br/plano-diretor-2021-2/> e após serão respondidas pela equipe técnica, inclusive a pergunta do Sr. Mario. Em função da chuva, o Sr. Marcio Fernandes encerra a Audiência Pública e agradece a participação de todos. Para constar, eu Elaine Manfron Vieira, lavrei e subscrevi a presente ata, na qual será anexada a lista de presença.



**Elaine Manfron Vieira**  
Secretaria "ad hoc"